

O respeito à criação divina: algumas anotações sobre as relações entre o Vaticano e o meio ambiente.

Beatriz Scigliano Carneiro*¹

O meio-ambiente como uma questão estratégica para a segurança do planeta ganhou destaque a partir da segunda guerra, especialmente no final dos anos 1960. Década marcada por grandes manifestações de protestos e articulações resistentes em todo mundo. As questões referentes à poluição e destruição do meio ambiente em uma perspectiva planetária entraram na pauta das reivindicações. A crítica ecológica tornou-se um meio de se contrapor à industrialização e ao próprio capitalismo, e principalmente ao espectro de uma destruição em massa da humanidade com armas química e especialmente nucleares.

Nesta comunicação procuraremos indicar que nos últimos vinte anos, o Vaticano ocupou uma posição que engrossa os elementos e o funcionamento do dispositivo meio ambiente e da produção de uma verdade ecológica a partir da própria doutrina católica embasada no respeito à criação de Deus e na universalidade humana.

No entanto, a Igreja esteve distante das movimentações ambientalistas e ecológicas dos anos 1960. Em 1967, em um artigo publicado na revista *Science*, “*The Historical Roots of our ecological Crisis*”, e muito divulgado entre os ambientalistas do hemisfério norte, o professor de história medieval, Lynn White apontava que as raízes da crise ecológica estavam na vitória do cristianismo sobre o paganismo. A doutrina cristã situa a natureza como a parte da criação de Deus destinada a ser dominada e usada pelo ser humano, este sim criado segundo a imagem divina. Essa interpretação da natureza separada e dominada pelo ser humano fez com que toda técnica e saber fossem destinados ao progresso mediante o uso dos recursos naturais.² Por outro lado, o citado artigo enaltece a figura de São Francisco de Assis e sugere que seja declarado o santo da ecologia. No geral, essa vertente de críticas à religião cristã como sendo a base da cultura ocidental predatória corroborou junto aos militantes ambientalistas uma busca por espiritualidades outras, em religiões orientais e mesmo pagãs, desde que não separassem homem e natureza como no Cristianismo.

¹ * Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora do Projeto Temático FAPESP „Ecopolítica“. Integrante do Núcleo de Sociabilidade Libertária – Nu-Sol do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Lynn White. *The Historical Roots of our ecological Crisis*. *Science*, 155, 1967.

A Igreja não se ocupava nessa época do tema ambiental, a preocupação era com a pobreza e o subdesenvolvimento, a questão social era muito importante e as soluções viriam de uma ‘*economia solidária*’, baseada no cristianismo. Em 1967, o Papa Paulo VI lançou a Encíclica *Populorum Progresio*, que abriu com a seguinte exortação:

*“O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade.”*³

Além disso, algumas alegadas “causas” da crise ecológica e da própria pobreza tendiam encaminhar soluções contrárias à doutrina cristã. O crescimento da população no mundo, numa chave malthusiana, estava sendo vista como a mais forte causa da crise ecológica. Trabalhos muitos divulgados como a *A bomba populacional*, de Paul Ehrlich, e *A tragédia dos Comuns* de Garret Hardin, ambos de 1968, apontavam para o fim inexorável dos recursos do planeta pelo aumento da população.

Na disputa pelo diagnóstico das ameaças ao planeta, em 1968, em Roma, um grupo de empresários reuniu-se com cientistas e tecnólogos para discutir os rumos econômicos da humanidade, diagnosticar corretamente os problemas e buscar soluções inovadoras, fundando o Clube de Roma. Das primeiras reuniões surgiu o Projeto sobre a Condição da Humanidade, cujo objetivo era examinar a ‘problemática mundial’, na qual se incluíam pobreza, desemprego, poluição, crescimento urbano desordenado, desemprego, inflação, “*perda da confiança nas instituições, alienação da juventude, rejeição de valores tradicionais.*”⁴ O resultado dos estudos foi apresentado no livro “*Os limites ao crescimento*” de Denis Meadows e equipe, publicado em 1972. Concluiu-se que o planeta não suportaria o crescimento populacional pois este pressionava os recursos naturais e energéticos e levava ao aumento da poluição e à degradação do meio ambiente.

Obviamente, dentro da doutrina católica, a solução para a miséria não passaria jamais pelo controle demográfico, mas sim por uma distribuição maior dos bens mediante a ação dos

³ D. Paulo VI, Papa. *Carta Encíclica Populorum Progresio*. 26 de março de 1967. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html

⁴ William Watts. Foreword in D.Meadows et al., *The limits to growth. a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York:Universe Books, 1972. p.12.

“homens de boa vontade”, dos estadistas e “sábios”, em nome de uma universalidade de valores. Em 1968, o Papa Paulo VI lançou a encíclica “*Humanae Vitae*” em que se manifestou explicitamente contra o controle artificial da natalidade.⁵

Ainda durante 1968, na busca por solucionar problemas que se mostravam planetários, a Organização das Nações Unidas, decidiu realizar um grande encontro, marcado para 1972, em Estocolmo, sobre “*os problemas do ambiente humano.*”⁶ Contudo, a perspectiva de uma discussão sobre o uso dos recursos e poluição não foi do agrado da maioria dos países. A 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi considerada uma iniciativa de Estados desenvolvidos no sentido de coibir o crescimento dos demais a pretexto de medidas contra a chamada deterioração do ambiente e poluição. Uma das primeiras medidas para organizar o encontro em Estocolmo foi solicitar um estudo para ser discutido como base da reunião. Dessa iniciativa resultou o livro “*Uma terra somente*”⁷ de Bárbara Ward, ativista católica, e René Dubos, preparado com o auxílio de 152 consultores do mundo inteiro.

As reuniões preparatórias da Conferência marcaram-se pela inclusão no conceito de ‘meio ambiente’, não apenas das questões ecológicas ou efeitos de poluição na saúde humana, mas problemas da sociedade, como a fome, miséria, más condições de habitações, saneamento, doença, “*tudo aquilo por que lutam os países pobres.*”⁸ Assim a noção de meio ambiente se complementou com questões sociais.

Em 1971, o Vaticano passou a acompanhar a movimentação em torno do tema ambiental, especialmente quando a questão da pobreza foi incluída. O Papa Paulo VI pronunciou-se em uma carta apostólica sobre a relação da humanidade com o meio ambiente: “*por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o homem] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação.*” Acrescentou que, “*não só o ambiente material se torna uma ameaça permanente – poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto – mas é o próprio contexto humano que o homem não consegue dominar, criando assim para o dia de amanhã um ambiente global que se lhe*

⁵ http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html

⁶ Resolução 1346, 45ª Sessão ECOSOC. Texto disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/591/48/IMG/NR059148.pdf?OpenElement>
Acessado em 1 de setembro de 2010.

⁷ Barbara Ward; René Dubos. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Edusp. Melhoramentos, Edgard Blücher. 1972.

⁸ Ramón Tamames. *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 1983, p. 210.

*poderá tornar insuportável. Problema social de grande envergadura, este, que diz respeito à inteira família humana”.*⁹

De 5 a 12 de junho de 1972, em Estocolmo, ocorreu a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com representantes de 113 países, 250 organizações não-governamentais e outros organismos da ONU. As discussões acirradas giraram em torno da relação entre desenvolvimento econômico e deterioração ambiental, tema pela primeira vez destacado na agenda internacional, como um explícito conflito entre Primeiro e Terceiro Mundos. Indira Gandhi, primeira ministra da Índia, o único chefe de estado presente na reunião, afirmou que a “*pobreza é a pior poluição*”, e com isso alertou para os perigos de se limitar o crescimento de países pobres.

O Papa Paulo VI enviou uma mensagem para a abertura da Conferência em que elogiava este “*primeiro gesto de cooperação mundial*”, e fazendo uma referência à famosa expressão “a miséria é a pior poluição”, reiterou a fé e a esperança da *‘família humana unida em torno de um projeto solidário.*”¹⁰

No encontro, as ONGs passaram a se articular em torno de temas comuns e foram ganhando força. Depois da conferência, os ambientalistas começaram a participar mais ativamente das políticas de governos de seus países. Houve um compromisso que o tema *meio ambiente* entraria na agenda de cada país integrante da ONU. A Conferência produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano com os princípios de comportamento e responsabilidade das decisões concernentes a questões ambientais para serem cumpridas mundialmente. A Declaração de Estocolmo pode ser considerada como equivalente à declaração dos Direitos Humanos da ONU.¹¹ Mesmo as declarações posteriores, como a Declaração do Rio 92, ou a Carta da Terra, não se afastaram do pioneirismo desse documento.

Em 1972, um filme ítalo-britânico fazia muito sucesso entre os jovens, *Irmão Sol e Irmã Lua*, de Franco Zeffirelli, sobre a vida de São Francisco de Assis, focando sua relação com a natureza e com ideais de simplicidade e rebeldia contra a alta cúpula do Vaticano da Idade Média. Não foi um acaso que poucos anos depois, em 1979, uma Bula Papal de João Paulo II

⁹ Paulo VI, Papa. *Carta Apostólica*. 14 de maio de 1971. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniensi_po.html

¹⁰ Message du Pape Paul VI à l’occasion de l’ouverture de la Conférence des Nations-Unies sur l’Environnement- . 1 de juin 1972. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/messages/pont-messages/documents/hf_p-vi_mess_19720605_conferenza-ambiente_fr.html

¹¹ Guido Soares. O meio ambiente global: de Estocolmo à Eco-92 e a América Latina. In G.Soaes et, al. *Ecologia, Sociedade, Estado*. São Paulo: EDUC 1995.p.82.

declarou São Francisco de Assis como o padroeiro da Ecologia e dos Ambientalistas.¹² São Francisco de Assis considerava a natureza como “um presente de Deus à humanidade” e como tal deveria ser cuidada. A partir de elementos de dentro da doutrina e de personagens católicos consagrados a Igreja respondeu à atribuição da crise ecológica como efeito de uma alegada mentalidade cristã de situar a natureza como mero instrumento da vontade humana.

Logo após o encontro de Estocolmo, o assunto ambiental perdeu a força de mobilização internacional devido em parte à crise econômica mundial. Para equacionar o impasse proteção ao meio-ambiente e desenvolvimento econômico, em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, visando *uma agenda global para a mudança* a ser posta em prática nos decênios seguintes levando em conta “*as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento*”, nos termos do documento resultante, intitulado *Nosso Futuro Comum*, de 1987. O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo ‘*desenvolvimento sustentável*’, antes restrito a documentos específicos. A noção de sustentabilidade procede da ecologia, e um desenvolvimento econômico que se pautasse pela *sustentabilidade* deveria considerar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas utilizados. No entanto, o consenso em torno dessa noção redimensionou-o em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Os recursos poderiam ser usados, o lucro crescer, desde que se mantivesse a *sustentabilidade*, mediante a qual “*o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.*” O dispositivo meio ambiente agrupou elementos heterogêneos, natureza, pobreza, saúde humana e agora obteve sua meta para direcionar suas forças: a sustentabilidade.

Em 1992, vinte anos depois de Estocolmo, outra grande conferência ambiental foi realizada pela ONU, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou “Cúpula da Terra” (Earth Summit), também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Uma outra configuração mundial se anunciava com a queda do muro de Berlim, assinalando o fim do comunismo na URSS e leste europeu e nesse momento, a Conferência da ONU mobilizou a comunidade internacional em torno de questão de uma “*governança global para preservar a vida na Terra*”, também colocando na pauta a necessidade de uma urgente e efetiva “*mudança de comportamento*”,

¹² Bula Inter Santos Proclamación de San Francisco de Asís como patrono de la Ecología. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/1979/documents/hf_jp-ii_let_19791129_bolla-francesco-ecologia_sp.html

comportamento dos Estados, das organizações internacionais, das empresas, das associações de uma chamada “*sociedade civil planetária*” e também de cada habitante do planeta.

A Conferência contou com a presença de 172 países, representados por aproximadamente 10.000 participantes, incluindo 116 chefes de Estado. Vários outros encontros sobre o assunto foram realizados na mesma semana, Fórum de ONGs do mundo todo e encontro de empresários. Cinco documentos foram assinados pelos chefes de Estado: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21, na ocasião surgiu o primeiro esboço da Carta da Terra, divulgada apenas em 2000.

Dois anos antes da Eco-92, o pronunciamento do Papa João Paulo II no dia da Paz, em 1 de janeiro de 1990, apontava para uma cooperação entre todos os habitantes do planeta, independente das religiões em favor da paz por meio do “*respeito à natureza*”:

“1. Observa-se nos nossos dias uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada, não apenas pela corrida aos armamentos, pelos conflitos regionais e por causa das injustiças que ainda existem no seio dos povos e entre as nações, mas também pela falta do respeito devido à natureza, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida. (...)

Perante a difusa degradação do ambiente, a humanidade já se vai dando conta de que não se pode continuar a usar os bens da terra como no passado. A opinião pública e os responsáveis políticos estão preocupados com isso; e os estudiosos das mais diversas disciplinas debruçam-se sobre as causas do que sucede. Está assim a formar-se uma consciência ecológica, que não deve ser reprimida, mas antes favorecida, de maneira que se desenvolva e vá amadurecendo até encontrar expressão adequada em programas e iniciativas concretas.

2. Não poucos valores éticos, de importância fundamental para o progresso de uma sociedade pacífica, têm uma relação direta com a questão do ambiente. A interdependência dos muitos desafios, que o mundo de hoje tem de enfrentar, confirma a exigência de soluções coordenadas e baseadas numa coerente visão moral do mundo.

*Para os cristãos, essa visão apoia-se nas convicções religiosas derivantes da Revelação. É por isso que, ao iniciar esta mensagem desejo aqui lembrar a narração bíblica da criação e gostaria que aqueles que não compartilham as nossas convicções de fé pudessem encontrar também eles nessa evocação elementos úteis para uma linha comum de reflexão e de empenho”.*¹³

As soluções “para o mundo” aparecem exigindo cada vez mais um consenso planetário, em que os Estados funcionariam como agentes que administram decisões transfronteiriças com a participação de corporações, empresas, organizações não estatais de

¹³ João Paulo II, Papa. *Paz com Deus criador, paz com a criação*. 1 de janeiro de 1990. Disponível em <http://www.vatican.va>

diversos setores, além de representantes de Estados e agências de governo.

A Carta da Terra surgiu como referência para a efetivação de uma ética planetária, que une as diversas religiões, divulgada como sendo a base de uma ética do cuidado e do amor ao planeta e a todos seus habitantes. O ex-padre católico e teólogo Leonardo Boff, um dos artífices do documento, ressalta que além da aposta na sustentabilidade, outro ponto fundamental da carta é que ela está atravessada pelo resgate de uma ética do cuidado em seu sentido antropológico e ético, como uma relação amorosa com a realidade, para além dos interesses de uso. Toda humanidade foi colocada em um mesmo patamar de risco e também solução pelo *dispositivo meio ambiente*, daí, espera-se que as divisões partidárias e disputas na atuação em prol de políticas de defesa do planeta sejam superadas pelo amor e cuidado com o futuro das novas gerações. Essa ética do cuidado faz-se hoje presente no discurso religioso, mas também em uma “espiritualidade laica”, baseada no amor¹⁴, assim como nas práticas de governo e de produção econômica.

Os ensinamentos da Igreja incluem agora o meio ambiente como parte da moralidade cristã. Dez diretrizes sobre o tema foram retiradas do Compêndio da Doutrina Social da Igreja, lançado por Bento XVI, em 2004, chamados de 10 Mandamentos para o Meio Ambiente, cuja mensagem básica é que “*a humanidade deve ser a administradora (steward) da Criação de Deus. Os seres humanos devem usar a Terra e não abusar dela, assim tornam-se co-criadores junto com Deus no processo de formação de um novo céu e uma nova terra.*”¹⁵

Bento XVI foi chamado de Papa Verde¹⁶, por seus pronunciamentos e textos ecológicos, desenvolvidos antes mesmo de se tornar Papa,¹⁷ e sua atuação, especialmente ao tornar o Vaticano em um espaço sustentável, com baixo carbono. Na mensagem no dia mundial da paz, 1º de janeiro de 2010, uniu a solidariedade à responsabilidade com as futuras gerações trazendo a sustentabilidade, mas sem nomeá-la, como parte da doutrina da Igreja. Assim declarou:

“A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever. Trata-se de uma responsabilidade que as gerações presentes têm em relação às futuras, uma responsabilidade que pertence

¹⁴ Cf. Luc FERRY, *A Revolução do amor: por uma espiritualidade laica*. Tradução Vera Reis. São Paulo: Objetiva, 2011.

¹⁵ Woodeene Koenig-Bricker. *Ten Commandments for the Environment: Pope Benedict XVI*. Notre Dame/Indiana: Ave Maria Press, 2009. P. 21-22.

¹⁶ Woodeene Koenig-Bricker. *Op. Cit*, p.8.

¹⁷ Cf. Lucia A. Silecchia. Discerning the Environmental Perspective of Pope Bento XVI. *Journal of Catholic Social Thought* (4.2),2007.

também a cada um dos Estados e à comunidade internacional'.¹⁸ O uso dos recursos naturais deverá verificar-se em condições tais que as vantagens imediatas não comportem consequências negativas para os seres vivos, humanos e não humanos, presentes e vindouros; que a tutela da propriedade privada não dificulte o destino universal dos bens;¹⁹ que a intervenção do homem não comprometa a fecundidade da terra para benefício do dia de hoje e do amanhã. Para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração, especialmente nas relações entre os países em vias de desenvolvimento e os países altamente industrializados: 'A comunidade internacional tem o imperioso dever de encontrar as vias institucionais para regular a exploração dos recursos não renováveis, com a participação também dos países pobres, de modo a planificar em conjunto o futuro'.²⁰ A crise ecológica manifesta a urgência de uma solidariedade que se projete no espaço e no tempo. Com efeito, é importante reconhecer, entre as causas da crise ecológica atual, a responsabilidade histórica dos países industrializados. Contudo os países menos desenvolvidos e, de modo particular, os países emergentes não estão exonerados da sua própria responsabilidade para com a criação, porque o dever de adoptar gradualmente medidas e políticas ambientais eficazes pertence a todos. Isto poder-se-ia realizar mais facilmente se houvesse cálculos menos interesseiros na assistência, na transferência dos conhecimentos e tecnologias menos poluidoras.

O Vaticano recuperou sua posição na questão ambiental ao reiterar uma ética de responsabilidade com a Natureza, reafirmando a urgência de uma “solidariedade”. A Natureza não seria uma entidade absoluta, nem um ser divino, nem deusa Gaia, como tem assinalado uma corrente ambientalista, dentro da qual podemos inserir a crítica de Lynn White contra a visão utilitarista da natureza, citada no início dessa comunicação. A natureza é Criação de Deus e como tal é uma dádiva divina à Humanidade.

Em março de 2013, o novo Papa tomou o nome de Francisco como referência a São Francisco de Assis, o santo da ecologia, mas também associado à simplicidade e à proteção aos pobres. Foi saudado com uma manifestação de Ban Ki Moon, secretário-geral da ONU, em que apareceram sedimentados os elementos do desenvolvimento sustentável “*Espero continuar a cooperação entre as Nações Unidas e a Santa Sé, sob a sábia liderança de Sua Santidade o Papa Francisco. Compartilhamos muitos objetivos em comum – da promoção da paz, da justiça social e dos direitos humanos à erradicação da pobreza e da fome – todos*

¹⁸ Pont. Conselho «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 467; cf. Paulo VI, Carta enc. *Populorum progressio*, 17

¹⁹ Cf. João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus*, 30-31.43.

²⁰ Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 49.

elementos centrais do desenvolvimento sustentável”(grifo nosso).²¹ O meio ambiente não aparece, não foi citado como elemento desse desenvolvimento pois, enquanto dispositivo, é o que faz a união dos elementos e encaminha para a sustentabilidade.

Na Missa de inauguração do Pontificado, em 19 de março, o Papa Francisco I se referiu ao papel de guardião exercido por São José (o santo do dia). Exorta os cristãos: “*Guardemos Cristo na nossa vida, para guardar os outros, para guardar a Criação!*” E prossegue:

*“Entretanto a vocação de guardião não diz respeito apenas a nós, cristãos, mas tem uma dimensão antecedente, que é simplesmente humana e diz respeito a todos: é a de guardar a criação inteira, a beleza da criação, como se diz no livro de Gênesis e nos mostrou São Francisco de Assis: é ter respeito por toda a criatura de Deus e pelo ambiente onde vivemos. (...) Queria pedir, por favor, a quantos ocupam cargos de responsabilidade em âmbito econômico, político ou social, a todos os homens e mulheres de boa vontade: sejamos guardiões da criação, do desígnio de Deus inscrito na natureza, guardiões do outro, do ambiente; não deixemos que sinais de destruição e morte acompanhem o caminho deste nosso mundo! (...) Apenas aqueles que servem com amor sabem proteger”.*²²

Durante a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, uma publicação se destaca, o Catecismo Jovem da Igreja Católica (YOUCAT), escrito especialmente para o evento com base no Catecismo da Igreja Católica de 1997, elaborado pelo Papa João Paulo II e uma equipe que, entre outros, contava com o Cardeal Ratzinger, que se tornou o Papa Bento XVI. A questão ecológica não é citada, mas encontra-se integrada no amplo espectro da Criação, noção presente na origem do Cristianismo.

“*O senhor Deus tomou o ser humano e colocou-o no Jardim do Éden, para o cultivar e guardar*” (Genesis, 2, 15)²³ No catecismo jovem, a pergunta *Como lidar com a criação* (nº436) foi assim respondida:

“Nós cumprimos a missão de Deus na Criação quando cuidamos e eficazmente guardamos a terra como um espaço vital, com suas leis biológicas, a sua

²¹ Declaração do Secretário-Geral da ONU. Disponível em <http://www.onu.org.br/declaracao-do-secretario-geral-da-onu-ban-ki-moon-sobre-a-eleicao-do-papa-francisco/> Acessado em 20 de março de 2013.

²² Santa Missa Início do Ministério Petrino.: *Homilia do Papa Francisco*. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/francesco/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130319_omelia-inizio-pontificato_po.html Acessado em 22 de março de 2013.

²³ Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre (AIS). *YOUCAT Catecismo Jovem da Igreja Católica*. 3ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2013. (1ªed. 2011), p. 236.

diversidade, a sua beleza natural e as suas crescentes riquezas. Desta forma, também as gerações futuras poderão viver bem sobre a terra.”²⁴

²⁴ Idem, ibidem. No catecismo geral que serviu de base para o YOUCAT, o assunto criação aparece ligado ao sétimo mandamento.

O respeito pela integridade da criação

Parágrafo 2415. *O sétimo mandamento exige o respeito pela integridade da criação. Os animais, tal como as plantas e os seres inanimados, são naturalmente destinados ao bem comum da humanidade, passada, presente e futura(155) O uso dos recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser desvinculado do respeito pelas exigências morais. O domínio concedido pelo Criador ao homem sobre os seres inanimados e os outros seres vivos, não é absoluto, mas regulado pela preocupação da qualidade de vida do próximo, inclusive das gerações futuras; exige um respeito religioso pela integridade da criação (156).*

2416. *Os animais são criaturas de Deus. Deus envolve-os na sua solicitude providencial (157). Pelo simples facto de existirem, eles O bendizem e Lhe dão glória (158). Por isso, os homens devem estimá-los. É de lembrar com que delicadeza os santos, como São Francisco de Assis ou São Filipe de Néri, tratavam os animais.*

2417. *Deus confiou os animais ao governo daquele que foi criado à Sua imagem (159). É, portanto, legítimo servimo-nos dos animais para a alimentação e para a confecção do vestuário. Podemos domesticá-los para que sirvam o homem nos seus trabalhos e lazeres. As experiências médicas e científicas em animais são práticas moralmente admissíveis desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas.*

2418. *É contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas. É igualmente indigno gastar com eles somas que deveriam, prioritariamente, aliviar a miséria dos homens. Pode-se amar os animais, mas não deveria desviar-se para eles o afecto só devido às pessoas.*

In Catecismo da Igreja Católica,

Disponível em: http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html